

1 **ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E**
2 **EXTENSÃO – 24/06/2010**

3
4 Aos vinte e quatro dias do mês junho do ano de dois mil e dez, às oito horas e trinta minutos, no
5 Salão Nobre do prédio da Reitoria, reuniram-se extraordinariamente os membros do Conselho de
6 Ensino, Pesquisa e Extensão sob a presidência do Pró-Reitor de Administração e Desenvolvimento
7 Social, Sr. Manoel Alves Bezerra Júnior, que neste ato, amparado pela Portaria nº 224/2004-GR
8 respondia pelos Conselhos Superiores da UFRR, em virtude da ausência concomitante do
9 Magnífico Reitor e da Vice-Reitora. Na sequência, o Presidente pediu que a Secretária dos
10 Conselhos fizesse a leitura dos trabalhos do dia: **1º item:** Apreciação do processo nº
11 23129.002202/2010-25 que trata do Projeto Político Pedagógico do Curso de Administração
12 Pública a distância. (Relatoria: prof. Carlos Vicente); **2º item:** Apreciação do processo nº
13 23129.002321/2010-88 que trata do Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em
14 Informática a distância. (Relatoria: profa. Marcelle Urquiza); **3º item:** Apreciação do processo nº
15 23129.002322/2010-22 que trata do Projeto Político Pedagógico para do Curso de Licenciatura em
16 Matemática a distância. (Relatoria: prof. Joselito de Oliveira); **4º item:** Apreciação do processo nº
17 23129.002323/2010-77 que trata do Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em
18 Física a distância. (Relatoria: prof. Miguel Batista). Na sequência, como não houve inscrições para
19 modificação da pauta, o Presidente a considerou aprovada e concedeu a palavra ao relator do **1º**
20 **item** prof. Carlos Vicente; que por sua vez iniciou dizendo que a presente matéria não era autoria
21 da Universidade Federal de Roraima – UFRR; que foi um projeto concebido inicialmente pelo
22 Ministério da Educação – MEC quando da instituição da Universidade Aberta do Brasil – UAB;
23 tendo começado como um curso piloto e que já está no terceiro ano de funcionamento em várias
24 universidades do país. Que quando foi cogitada a possibilidade de implantar o curso na UFRR, foi
25 montada uma comissão no âmbito do Departamento de Administração para poder adequar o
26 referido curso à realidade local colocando-se algumas especificidades, como por exemplo: a
27 dinâmica de estágio supervisionado e disciplinas eletivas. Comentou também acerca da relevância
28 do curso, justificando que não existe a formação específica em Administração Pública voltada para
29 os entes públicos (gestores públicos). Esclareceu que muitas vezes a ausência específica da
30 formação profissional adequada, retrata em alguns deslizes inerentes à ótica da lei de
31 responsabilidade fiscal. Aproveitou para falar sobre a dinamização da educação a distância.
32 Acrescentou dizendo que o plano de trabalho do curso, será desenvolvido por um membro do
33 Departamento de Administração – DAdm em conjunto com representantes da UAB. Entre outros
34 pontos importantes, o relator ainda chamou atenção para questões como: material a ser utilizado no
35 curso; tempo presencial e tempo a distância; e a ferramenta “seminário integrador” que permitirá ao
36 aluno a integração entre várias áreas do conhecimento. Concluiu sua fala dizendo que o PPP-
37 Projeto Político Pedagógico do Curso de Administração Pública a distância está mais avançado que
38 o próprio PPP do Curso de Administração presencial. Inscrito, o prof. Marcos Braga, neste ato
39 representando a Pró-Reitora de Extensão, profa. Geyza Pimentel, aproveitou a oportunidade para
40 falar da relevância política de um projeto com essa envergadura do ponto de vista de atender as
41 demandas sociais e regionais. Após o breve comentário, o prof. Marcos Braga solicitou
42 esclarecimento quanto aos critérios de escolha dos municípios, conforme apresentado na página 15
43 (quinze). Outro ponto levantado foi em relação ao item “avaliação”, pois no projeto em análise, a
44 Resolução citada é uma do ano de 2000, sendo que a que está em vigência é uma de 2006, que trata
45 exatamente da média/nota. Abordou também como será feita a escolha do público-alvo desse
46 projeto; disse que seria importante delimitar o perfil dos candidatos. Exemplificou dizendo que
47 seria interessante pensar na questão do uso de recursos midiáticos/ tecnologias – TICS. Em
48 reposta, o prof. Carlos Vicente, relator, disse que a escolha dos municípios foi decidida pelo
49 Colegiado do DAdm, porém que poderia haver uma expansão para outros municípios no próximo
50 vestibular. Com relação a Resolução CEPE, o relator acatou a substituição da Resolução emitida no

51 ano de 2000 pela que foi aprovada em 2006. Em seguida o prof. Carlo Vicente disse que a opção de
52 “vestibular” se deu pelo fato de que, havendo interesse em fazer o curso, o candidato efetuará a sua
53 inscrição; justificou que seria um modo de prevenir com que certo grupo de pessoas não fosse
54 favorecido pelo simples fato de pertencer ao quadro de determinado segmento. Sanada as dúvidas e
55 não havendo outros inscritos, o Presidente submeteu o 1º item da pauta em regime de votação,
56 tendo o mesmo sido aprovado com 22 (vinte e dois) votos favoráveis, nenhum contrário e 08 (oito)
57 abstenções. Passando ao **2º item**: a profa. Marcelle Urquiza argumentou que o seu parecer foi
58 elaborado com base nas deliberações feitas durante a última reunião Câmara de Ensino. Feita a
59 leitura do referido parecer, pôde-se destacar os seguintes pontos: que o projeto ora analisado foi
60 uma iniciativa do Departamento de Ciência da Computação; que teve por objetivo atender um
61 edital da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior); que o curso tem
62 por objetivo Licenciar professores na área de informática para atuarem nos diferentes níveis de
63 ensino. Acrescentou também que o Licenciado vem com o objetivo de promover um espaço de
64 interdisciplinaridade, atuando como comunicador e articulador entre as diversas áreas do
65 conhecimento, presentes atualmente em qualquer currículo escolar. Citou que consta no processo
66 um parecer emitido pela Diretoria de Assuntos Pedagógicos mostrando-se favorável à
67 implementação desse curso na UFRR, bem como a existência de parecer favorável emitido pela
68 Câmara de Ensino. A relatora chamou atenção para a demanda crescente desse profissional de
69 informática; referiu-se à carência desse segmento; afirmou que da forma que as coisas estão
70 caminhando, a tendência é que se invista cada vez mais na capacitação de profissionais dessa área.
71 Cabe destacar também, que em sua fala a relatora tratou de questões como: estágio supervisionado
72 do curso; ferramentas de tecnologias que serão utilizadas e o tipo de material didático oferecido aos
73 alunos participantes. Por achar pertinente, a profa. Marcelle Urquiza proferiu a leitura de alguns
74 trechos do documento enviado pela Reitora da UNIVIRR (Universidade Federal de Roraima),
75 profa. Ana Célia, às instituições de ensino do Estado: a existência de 191 (cento e noventa e um)
76 laboratórios de informática em todo Estado, os quais estão equipados com aproximadamente
77 2.500 (dois mil e quinhentos) computadores e que não têm profissionais habilitados para trabalhar
78 com nenhum tipo de mídias nesses lugares. Segundo a UNIVIRR o ideal seria em torno de três
79 profissionais por escola; por fim solicita a possibilidade de viabilizar um curso de Informática na
80 modalidade a distância. Após conclusão do relato da profa. Marcelle Urquiza, o Presidente abriu
81 para inscrições, como não houve nenhuma manifestação, o Presidente decretou regime de votação,
82 tendo sido o 2º item aprovado com 22 (vinte e dois) votos favoráveis, nenhum contrário e 08 (oito)
83 abstenções. Dando início ao **3º item** da pauta: com a palavra o prof. Joselito de Oliveira, relator da
84 matéria, iniciou falando sobre a oportunidade que vem sendo dada por meio das propostas
85 tecnológicas se ensino. Lembrou que o Curso de Matemática foi um dos pioneiros dentro da UFRR
86 e que já havia inclusive passado pela experiência da interiorização; porém que na década de
87 noventa os professores não podiam contar com o apoio tecnológico que hoje é oferecido; além da
88 falta de infra-estrutura que se tinha na ocasião. Falou que inicialmente o Curso de Licenciatura
89 Plena em Matemática atenderia três polos, sendo eles: Mucajaí, Alto Alegre e Normandia, tendo em
90 vista as necessidades eminentes. Justificou que em atendimento a uma das recomendações expostas
91 pela Câmara de Ensino, no sentido que fosse feito um treinamento com professores, explicou que
92 em conversa com um dos responsáveis pelo CEDERJ (Centro de Educação Superior a Distância do
93 Estado do Rio de Janeiro), conhecido por se tratar de um Consórcio de Universidades que trabalha
94 com o ensino a distância, manifestou interesse em ceder todo material para desenvolvimento do
95 referido curso, pacto esse a ser firmado por meio de convênio a ser firmado entre a CEDERJ e a
96 UFRR, caso o projeto venha ser aprovado. Inscrito, o prof. Marcos Braga aproveitou a
97 oportunidade e parabenizou pela relevância do projeto e em seguida falou que, uma vez pensado
98 em atender as demandas locais e regionais, tendo em vista outros paradigmas quanto a questão da
99 Matemática, que seria a de inserir a Etno-Matemática ou a Matemática Cultural no PPP de
100 Licenciatura em Matemática a distância. Para tanto justificou que, uma vez sendo proporcionada a

101 qualificação de professores para estarem atuando nas sedes dos municípios onde tem a presença
102 indígena e também de pessoas que irão atuar em um sistema municipal de educação, tem de se
103 pensar nessa políticas públicas diferenciadas levando-se em consideração os direitos culturais. Na
104 ocasião sugeriu dois livros como referenciais para esse estudo, sendo o primeiro: “Práticas
105 Pedagógicas na Educação Indígena”, organizado por Lacy Lopes da Silva e Mariana Kawall e o
106 segundo: “Ideias Matemáticas de povos culturalmente distintos” contendo artigo do saudoso prof.
107 Chateaubriand. Por fim, sugeriu que as Referências constante às folhas 31/38 (trinta e um à trinta e
108 oito) fossem transferidas para as ementas. Na sequência o relator pediu autorização para conceder a
109 palavra ao prof. Ivonildo Lima, para que esse também pudesse contribuir, uma vez que também fez
110 parte da comissão de elaboração do PPP em análise. O prof. Ivonildo Lima por sua vez, teceu
111 comentários acerca do crescimento do campo da educação Matemática; falou sobre as tendências
112 do ensino dessa disciplina e afirmou que o ensino da Matemática é por natureza um ensino
113 interdisciplinar. Com relação as 400 (quatrocentas) hora/aula da disciplina de Estágio
114 Supervisionado (identificado como Estágio de Observação) com a ideia de aprofundar questões de
115 cunho teórico-metodológico sobre o ensino-aprendizado da Matemática. Comentou que ao seu ver,
116 não há problema em incluir as sugestões feitas pelo prof. Marcos Braga. Novamente inscrito, o
117 prof. Marcos Braga lembrou da importância de anexar tanto a Bibliografia Básica quanto a
118 Complementar de cada ementa, pois o projeto será analisado por uma equipe da CAPES. Após as
119 contribuições, não havendo outros inscritos, o Presidente submeteu o 3º item ao regime de votação,
120 tendo o mesmo sido aprovado com 23 (vinte e três) favoráveis, nenhum contrário e 07 (sete)
121 abstenções. Prosseguindo com o **último item** de pauta da reunião, o Presidente concedeu a palavra
122 ao relator prof. Miguel Batista, o qual começou agradecendo a presença dos demais conselheiros
123 nesta sessão extraordinária do CEPE e em seguida iniciou seu relato falando um pouco sobre as
124 peculiaridades e evolução dos cursos na modalidade a distância no âmbito de Departamento de
125 Física. De ante-mão justificou que cerca de 90% (noventa) por cento das recomendações feitas pela
126 Câmara de Ensino foram acatadas. Retratou o cuidado que a comissão de elaboração teve em
127 elencar as disciplinas; tornar as ementas mais enxutas; destacou que a carga horária do curso está
128 de acordo com a legislação vigente, bem com o uso das tecnicidades. Informou que a escolha dos
129 polos aconteceu mediante três aspectos: o primeiro referente a verificação de demandas que há no
130 interior do Estado; o segundo com relação a localização geográfica e terceiro pelo fato de ter
131 observado que os cursos que atendem vários polos estão encontrando dificuldades; por isso que
132 inicialmente o Curso de Física atenderá apenas três polos. Na oportunidade falou sobre sua visita ao
133 INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) onde teve a satisfação de ter sido apresentado
134 ao prof. Silvério Oliveira do ITA(Instituto Tecnológico de Aeronáutica), que com sua experiência
135 de aproximadamente doze anos dedicados a educação a distância, abordou questões como:
136 desenvolvimento dos cursos a distância pelo ITA; montante de verba para realização desses cursos;
137 e qualidade do material desenvolvido ao longo desses anos trabalhando com EAD; expôs os
138 motivos pelo qual muitos cursos de EAD estão fechando e o que tem que ser feito para tornar um
139 curso interessante; que tem de ser feito material totalmente apropriado para cursos a distância; que
140 a redação dos conteúdos permita um certo auto-didatismo pelos alunos; e o uso profundo de mídias
141 e computação algébrica apropriadas. Presente à reunião, o prof. Ville Caribas mostrou satisfação
142 em está participando de uma reunião onde constam quatro pontos de pauta referentes à cursos de
143 graduação na modalidade a distância. Falou um pouco da questão do início da UAB na UFRR,
144 tanto das dificuldades quanto das vitórias. O prof. Marcos Braga solicitou esclarecimentos quanto
145 ao item “avaliação” na página 83 (oitenta e três), especificamente em relação a questão das
146 “atividades de recuperação correspondente”. Sugeriu que fosse incluído um parágrafo onde
147 constasse as normas dessa recuperação. Com relação a média 7,0(sete) sugeriu que fosse feita
148 menção à Resolução de 2006 do CEPE, a qual não consta no corpo do texto. Em termos de
149 estrutura do documento, o prof. Marcos Braga ainda contribuiu sugerindo que nas páginas 32 (trinta
150 e dois) trata da questão do Estágio, porém que a continuidade desse assunto (por tópico) só é feita

151 na página 88 (oitenta e oito), sendo interessante que essas informações fossem unificadas.
152 Acrescentou dizendo que não notou no Projeto Político Pedagógico, a questão da disciplina
153 obrigatória para os cursos de Licenciatura e facultativa no caso dos Bacharelados, que é caso da
154 LIBRAS – Linguagem Brasileira de Sinais. Pediu que fosse reavaliada a questão da habilitação do
155 profissional que está sendo formado, presente no item Objetivo geral. No item Objeto específico
156 recomendou a substituição do termo “ evolução cultural” por “desenvolvimento cognitivo e
157 cultural”.O prof. Fábio Parreira fez um breve histórico utilizando data-show, quanto ao estudo,
158 funcionamento e estrutura da UAB – Universidade Aberta do Brasil no âmbito da UFRR; citou as
159 linhas de trabalho e programas da UAB; fortalecimento e democratização de ensino; contexto da
160 UAB no cenário nacional, citando trecho do Decreto nº 5.800 (Cinco mil e oitocentos) de oito de
161 junho de dois mil e seis, que dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil: “desenvolver a
162 modalidade de educação a distância com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e
163 programas de educação superior no país”. Após as contribuições do prof. Fábio Parreira, o
164 Presidente passou a palavra à conselheira Déborah Freitas, que sugeriu a substituição do termo
165 “linguagem de sinais” por “língua de sinais”.Por sua vez o relator esclareceu que em relação a
166 Disciplina de Libras, essa está elencada no sexto período com o nome de “Metodologia a
167 linguagem de sinais”. Porém disse que acataria a sugestão da profa. Déborah Freitas. Falou também
168 que a questão da estruturação do projeto ficou a cargo do prof. Eugênio Brum, o qual com certeza
169 fará as adequações recomendadas por este Conselho. Esclarecimentos prestados, o Presidente
170 perguntou se algum outro conselheiro gostaria de se manifestar, não havendo, o Presidente decretou
171 regime de votação tendo sido o 4º item da pauta aprovado com 20 (vinte) votos favoráveis, nenhum
172 contrário e 05 (cinco) abstenções. Encerrada esta sessão, abro espaço para informar que antes do
173 início desta reunião, o Presidente justificou aos conselheiros do CEPE os motivos que levaram à
174 entrega intempestiva dos materiais da referida reunião, no caso, o problema operacional ocorrido
175 com a empresa prestadora dos serviços de reprografia. Falou também da prerrogativa do Presidente
176 no sentido de abreviar o prazo de antecedência das 48(quarenta e oito)horas para o caso das
177 reuniões extraordinárias, conforme previsto no §3º do art. 3º do próprio Regimento do CEPE.
178 Importante destacar também a solicitação da profa. Francilene Rodrigues no sentido que constasse
179 em ata a justificativa da não participação do Curso de Ciências Sociais à reunião, pelo fato de ter
180 recebido o material num prazo inferior a 24h de antecedência. A conselheira aproveitou ainda para
181 destacar, que temas de projetos tão importantes como os quatro que estavam sendo votados,
182 precisariam de leituras acuradas para que, de forma responsável, os conselheiros pudessem fazer
183 suas críticas e sugestões. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião às
184 11h, onde eu, Bruna Carolina Silva Magalhães – Secretária dos Conselhos Superiores da
185 Universidade Federal de Roraima, contando com a contribuição do Sr. Otomar Conceição de Castro
186 - Estagiário desta secretaria, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada por mim e
187 pelos demais membros presentes:

188 Sr. Manoel Alves Bezerra Júnior_

189 Profa. Kelly Karina Santos_

190 Profa. Ednalva Dantas R. Silva Duarte_

191 Prof. Marcos Antonio Braga de Freitas_

192 Profa. Neide Maria Lucas_

193 Profa. Ise de Goreth Silva_

194 Prof. Carlos Eduardo Freitas Lemos_

195 Prof. Fábio Luiz Wankler_

196 Profa. Maria Lúcia Taveira_

- 197 Prof. Elzimar de Oliveira Rufino_
- 198 Prof. Joselito de Oliveira_
- 199 Prof. João Bosco Pereira Duarte_
- 200 Prof. Miguel Gustavo de Campos Batista_
- 201 Profa. Aretuza Karla Araújo Rocha_
- 202 Profa. Marcelle Alencar Urquiza_
- 203 Prof. Rubens Savaris Leal_
- 204 Prof. Fernando Alvarenga dos Santos_
- 205 Prof. Carlos Vicente Joaquim_
- 206 Profa. Teresa Cristina Evangelista dos Anjos_
- 207 Profa. Cátia Monteiro Wankler_
- 208 Prof. Carlos Augusto Valle Evangelista_
- 209 Profa. Rosangela Duarte__
- 210 Prof. Luiz Otávio Pinheiro da Cunha_
- 211 Profa. Maria Alejandra Rosales Vera Barbosa_
- 212 Profa. Maria da Conceição Lopes_
- 213 Prof. Abel Dionízio Azeredo_
- 214 Profa. Déborah de Brito A P. Freitas_
- 215 Profa. Lucília Dias Pacobahyba_
- 216 Téc. Adm. Cezário Paulino Bezerra de Queiroz_
- 217 Téc. Adm. Pedro Romulo Estevam Ribeiro_
- 218 Disc. Emyster Handel Vicente Gaia_
- 219 Sr. Otomar Conceição de Castro_
- 220 Srta. Bruna Carolina Silva Magalhães _